

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Este Relatório aplica-se a todos os Membros de Diretoria, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e servidores cedido à NAVIRAÍPREV em viagem de capacitações. Deverão apresentar o mesmo juntamente com relatório de viagem, sendo entregue em no máximo 5 dias corridos a contar do encerramento da Evento.

Deverão ser anotados e discorridos abaixo as informações da participação no Evento.

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Elaine Perin Ribeiro	Diretora Financeira

2. Período do Evento	
Data de Saída: 03 de março de 2026	Data de Retorno: 07 de março de 2026
Local do evento (cidade/Estado): Florianópolis - SC	Nome e link do Evento: 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS e 15º Congresso Estadual da Assimpasc https://eventos.inf.br/abipem/2026/8cbi

Palestras e Paineis Assistidos: No campo abaixo descrever as informações conforme a seguir:

Abertura: - 04/03/2026

Palestra de Abertura: 19h45

Tema: Resolução CMN nº 5272 na visão do MPS, dos RPPS e do Mercado Financeiro

Palestrantes: Alex Albert Rodrigues (DRPSP/MPS), Marcelo Rosa - RPPS Jundiá e Arnaldo Lima (Polo Capital)

Segundo Marcelo há contradições na Resolução CMN nº 5272/2025, proteger ou engessar, medida de segurança versus riscos. A norma vincula os limites ao pró-gestão. Então é obrigatório o pró-gestão ou facultativa. Outra contradição: cronograma com burocracia pouco prazo em um momento inapropriado, cronograma muito curto com uma burocracia muito alta. Mais uma contradição: se diversificar é importante para minimizar riscos, resolução blindando isso diminui risco de mercado e aumenta risco atuarial ou seja não cumprir a meta vai ter um abismo entre os RPPS que tem dificuldade de ter pró-gestão, muita coisa dependendo do executivo. Outra fator concentração do patrimônio líquido. Mais uma coisa reserva de mercado. Licitação das corretoras S1 e S2 fixando mais caro e diminuindo a concorrência. Resumindo a Resolução confunde fomento e governança com gestão de investimentos. O palestrante Arnaldo Lima, falou olhando pela lado da empresa, avaliando o histórico das resoluções durante mais de 20 anos. tendo como oportunidade hoje somente os RPPS com pró-gestão, ficando mais difícil para investir. Falando do lado do ministério da previdência com Alex. Destaca a Portaria MPS 237 de fevereiro instituindo grupo de trabalho de análise da resolução. Enfatiza que as normas estabelecidas foram para garantir medidas, práticas e princípios de responsabilidade e adoção de regras procedimentos e controles internos, observando os credenciamentos, fazendo gestão de riscos e uma definição de responsabilidades de todos os participantes dos RPPS.

Paleta: 05/03/2026
Auditório 03 - 09h

Tema: Carteira administrada x fundos ativos - RF x RV

Palestrantes: Roberto Teperman (CONSTÂNCIA) - Tiago Bellodi - XP e Daniel Varajão - Head Comercial da Porto Asset

Palestrante Daniel Varajão da Porto Asset, tratou sobre renda fixa, citando o que acontece em ciclo de queda de juros para 2026 e previsões IPCA 3,91 PIB 1,82, Dólar 5,42 e Selic ao longo de 20 anos durante os ciclos de queda de juros. Enfatiza que fatores externos é muito importante, fatores políticos não influencia muito, fatos fiscais é importante, trazendo para o mundo da renda fixa quando tem queda de juros. Em Resumo renda fixa ativo mesmo em queda de juros frente ao CDI se supera. Palestrante Roberto tratou sobre renda variável, falou um pouco da evolução da inteligência artificial para ajudar no mundo econômico, em se tratando de cenário econômico, fez demonstrativos de taxa Selic e retornos anuais do Ibovespa. Os melhores retornos se antecede ao Cortes de juros o retorno da bolsa quando o juros estão em baixa não dão retorno. A alocação de bolsa deve ser estratégica para ajudar a longo prazo, sendo o equilíbrio, porque o investidor financeiro estrangeiro se antecipa migrando dos Estados Unidos para outros países e como o Brasil está barato é interessante, renda variável. Na queda de juros as ações de small caps também faz sentido.

O palestrante Tiago da XP, falou dos desafios para se adaptar ao mercado e o cuidado que se deve ter, ficar olhando o passado pode influenciar na evolução do futuro, o mundo muda constante, quem tem dinheiro faz o prego e não se preocupa com o cenário político. O ideal é pensar em liquidez por que o tempo não para conclusões.

Paleta: 05/03/2026
Auditório 01 - 11h

Tema: Avaliação e monitoramento dos riscos investimentos dos RPPS de investimentos e sua na Res. CMN 5272

Palestrantes: Luciano Magalhães - 4UM e Ronaldo Borges (Consultor de Investimento)

Luciano Magalhães, iniciou demonstrando alguns fundos, na perspectiva da resolução, onde os impactos impostos de limites 50% do patrimônio do fundo em RPPS, tendo em vista grandes movimentos por vários segmentos, há uma complexidade, não sendo possível controle em tempo real, podendo haver desequilíbrio passivo. Limite também por emissor, não dando para fazer em tempo real, além as cotas de classes, não fazendo sentido colocar todas as regras, tendo em vista riscos já que existe o registro de preços controlados e acompanhados pelos reguladores ou seja robusta e validadas. Também lembrou que a empresa pode ficar perante a lei, com sua carteira por seis meses sem mostrar a composição. Desta forma regras contraditórias, interpretação que não são compatíveis com a regulação.

Segundo fala do palestrante Ronaldo declarou-se que não gostou da Resolução nº 5272. Como consultor de investimento trata que não tem nenhum de mês de vida da resolução e a mesma já esta sendo reavaliada por um grupo de estudo. Mas falando do que está em vigor e quais os riscos, o principal item foi a gestão de risco, observando os princípios de segurança e rentabilidade e o risco sempre precede a rentabilidade, ou seja relação risco/ retorno que é de suma importância. Os distribuidores de fundos estão apartados da negociação com os RPPS perante a resolução. Cria se mecanismo baseando se em riscos e os mesmos cria um risco sistêmico. Resolução traz os avanços ASG e ESG e também o estudo do ALM, mas o risco medido vira surpresa.



Palestra: 05/03/2026
Auditório 02 - 14h

Tema: Contratação dos prestadores de serviços, risco envolvidos e conflitos de interesses

Palestrantes: Claudia Fernanda Iten - Coordenadora Geral de Normatização e Acompanhamento Legal (DRPSP/MPS) e Alexandre Manir Figueiredo Sarquis (Substituto de Conselheiro do TCE/SP)

O palestrante Alexandre falou sobre responsabilidade administrativa que é do gestor, dos cuidados para contratação. Onde destacou que os encargos é igual remuneração, o estudo técnico preliminar é obrigatório e os encargos bem definidos terá mais preço justos. Contratar bem é gerir riscos, dirimir riscos jurídico e operacional.

A palestrante falou dos riscos envolvidos e conflitos de interesse, dos mecanismo de governança para assumir suas responsabilidades. Apesar das contratações e terceirização, enfatizou que a responsabilidade é da gestão. Falou das principais contratações: - Consultoria de investimentos; - Serviços atuariais; Consultoria jurídica; - Comprev (não recomenda terceirizar); - Tecnologia. Frisou bastante da responsabilização na lei dos regimes próprios e da lei de responsabilidade fiscal, além dos prestadores de serviços técnicos. Fez alguns pontuações: - Falhas em contratação, cuidar com tribunais de conta; - Cuidados com os custos invisíveis por mal contratações; - Deve ter boa práticas para mitigar riscos sempre o princípio da transparência e boa governança principalmente através do pró gestão; - Para ajudar boas ações implementar alçadas para aprovações de investimentos. Para finalizar pontua que governança não elimina o risco mas ela documenta que você fez a coisa certa.

Palestra: 05/03/2026
Auditório 02 - 16h

Tema: Pró gestão x certificação de investimentos - quem prepara mais o RPPS

Palestrantes: Marcia Paes - Comissão do Pró-Gestão (DRPSP/MPS) e Ellinton Oliveira Souza (RPPS Mato Grosso/MT)

A palestrante Márcia falou das exigências do pró-gestão para o ano de 2026 e da certificação de investimentos. Pontuou que a maioria dos membros da diretoria e maioria dos conselheiros deverão terem certificação até 31/07/26 e Comitê de investimento totalidade certificados até 01/01/26, enfatizando a importância de buscar alternativas para ter possibilidades de subir do nível ou ter o pró-gestão que considera um programa para o RPPS que ajuda nas boas práticas com segurança e transparente, fala da palestrante: pro-gestão não baseia se só em investimentos, mas também em organização administrativa e corporativa. Falta de organização deixa equipes sobrecarregadas de trabalho sem rotina e sempre apagando fogo. A maioria das ações estão elencadas nas obrigações previdenciária legais. Para finalizar fala que a certificação e o pró-gestão se complementa orientando a ver alterações da versão 4.0 do manual do pró-gestão. E também falou do Projeto poupadores do futuro. Se profissionalizar é caminhar para sustentabilidade do regime.

O palestrante Eliton falou do Pró-gestão versus Resolução CMN nº 5272 e versus certificação. Trouxe o Pró-gestão como avaliação institucional e a Certificação avaliação individual. O Pró-gestão juntamente com a nova Resolução é um divisor de águas para os RPPS, pois dependem dos nível aderidos a governança. O ESG vem dentro dos dois. O manual do pró-gestão vem tratando da ética e governança, deixando bem definidos na obrigatoriedade da PAI - Política Anual de Investimentos, conforme cada nível. As ações devem serem planejadas e mapeadas conforme a resolução e pró-gestão

Palestra: 06/03/2026
Auditório 01 - 09h

Tema: Gestão do Desenquadramento passivo x interesse do RPPS

Palestrantes: Vitor Leitão (Consultor de Investimentos) e José Veloso (Auditor Fiscal da Receita Municipal)

Palestrante José Veloso iniciou destacando as responsabilidades da gestão, portanto frisa que para maior segurança seguir a norma. Ser pragmático lembrar da finalidade que é pagar benefícios, a burocracia não pode vencer a finalidade. Apesar da legislação ser rigorosa com níveis de exigências grande e a natureza da atividade ser complexa, nem sempre o desenquadramento é um ato de infração. Citou alguns gatilhos de desenquadramento passivo: - Oscilação de mercado (ou seja valorização excessiva); - Redução do patrimônio líquido; - Recuperação judicial. Ainda destacada que conforme nova resolução o prazo é de dois anos para a regulamentação. A sugestão é ter um cronograma de tomada de decisão para as medidas de desenquadramento. Aplicações realizadas antes da nova Resolução o desenquadramento o RPPS pode levar até o vencimento. Quem tem prazo não tem pressa. Tomar a decisão mais rápido nem sempre é a melhor decisão. É só comprovar e justificar que a liquidação do ativo causa prejuízo financeiro. Estratégias de solução técnicas. Diluição via aportes. Realização parcial. Cronograma de desinvestimento. E para finalizar orientou toda tomada de decisão ser registrada. Se não está na ata não aconteceu.

O palestrante Vitor Leitão, falou da PAI - Política Anual de Investimento, citando que em caso de desenquadramento, na PAI tem que ficar zero a porcentagem de investimento do ativo em questão. Fundos automáticos, quando desenquadrarem não podem aplicar automaticamente. Os limites que vem trazendo muitos transtornos, por que fica muito difícil abrir as carteiras para verificar limites, talvez o maior risco hoje não seja o desenquadramento e sim a pressa e o custo da pressa. Estamos sendo testados todo tempo, mercado testa a carteira, regulamentação testa governança, o desenquadramento testa nossa maturidade, a maturidade é a compreensão da natureza do problema. Resumindo plano de ação e planejamento, plano de execução ou manutenção monitorada. Lembrar sempre do dever fiduciário.

Palestra: 06/03/2026
Auditório 01 - 11h

Tema: Resolução CMN nº 5272 - Avanços e retrocessos

Palestrantes: Alex Albert Rodrigues (DRPSP/MPs), Franscisco Amarante - Superintendente da ABAl e Ronaldo Borges (Consultor de Investimentos)

Palestrante Ronaldo falando dos Avanços e retrocessos da nova Resolução, **Avanços:** - Risco reputacional ênfase nos riscos; - Responsabilidades por omissões; - ETF internacional; - Inclusão do CRI E CRA; - Classes de cotas dos ETFs em forma de empréstimos; - Limitação de CDB e letras financeiras; - Observância dos ASG; - Contratação por notória especialização; - Aplicação em ativos administrada sendo de forma credenciada. **Retrocessos:** - Grupo de trabalho houve uma inversão de ordem; - Trouxe uma programa de governança facultativa mas veio obrigando posicionamento de acordos com os níveis; - Resolução acabou com a diversificação; - Limites por fundos; - Desconsiderou a importância das certificações; Privou os RPPS de acesso aos assessores e distribuidores de S1 e S2, criando reserva de mercado e judicialização de prejudicados bancos S3.

Palestrante Franscisco Amarante falou sobre os assessores de investimento, fazendo um histórico do assessores e sua importância para os investimentos.

O palestrante Alex do Ministério da previdência, explicou que o Conselho Monetário que regulamentava uma nova resolução e não a secretaria de RPPS. Falou da sua expectativa com a norma vigente e que a mesma deve ser aplicada pelos RPPS, tendo em vista a sua vigência. Considerando o grupo de estudos, acredita que pode ser até que tenha mudanças, mas hoje tem que ser respeitada. Em sua fala cita: Minha impressão que não há espaço para aperfeiçoamento, trabalhar com o que existe. Falou sobre a diversificação, fazer com segurança.



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
00.094.350/0001-64

O presidente da ABIPEM, João Figueiredo finalizou falando sobre o grupo de estudo e sobre os esforços para se adequar as novas normas e também debater onde não é possível se adequar, mas que todos possam se empenhar para construir e se adaptar.

8. Motivação / Interesse Público da Capacitação: No campo descrever interesse público desta capacitação. Exemplo: O que você acredita que este evento acrescentou de conhecimento na execução de sua função que refletira nas boas prática de gestão e governança no do RPPS.

Neste evento foram abordados diversos temas previdenciários de grande relevância para o desempenho diário das atribuições da Diretoria Financeira da NAVIRAIPREV. A participação teve como objetivo o aprimoramento contínuo por meio de capacitações e formações na área econômica e previdenciária, fortalecendo a atuação técnica e estratégica na função exercida. A busca constante por atualização demonstra o compromisso com uma gestão responsável, eficiente e transparente, sempre voltada à segurança e à garantia dos direitos e benefícios dos segurados.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras.

Naviraí, 10 DE MARÇO DE 2026



Documento assinado digitalmente
ELAINE PERIN RIBEIRO
Data: 06/04/2026 15:23:38-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Atenciosamente;

ELAINE PERIN RIBEIRO
Diretora Financeira



RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO 02/2026.

Este Relatório aplica-se a todos os Membros de Diretoria, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e servidores cedido à NAVIRAÍPREV em viagem de capacitações. Deverão apresentar o mesmo juntamente com relatório de viagem, sendo entregue em no máximo 10 dias úteis a contar do primeiro dia útil após o evento.

Deverão ser anotados e percorridos abaixo as informações da participação no Evento.

Identificação do Servidor:		Membro / Cargo	
Nome: MOISÉS BENTO DA SILVA JÚNIOR		DIRETOR-PRESIDENTE	
2. Período do Evento			
04/03/2026		06/06/2026	
Local do evento :		Nome 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMNTOS . https://eventos.inf.br/abipem/2026/8cbi/	
FLORIANOPOLIS - SC			

Palestras e Paineis Assistidos: No campo abaixo descrever as informações conforme a seguir:

04/03: Abertura oficial

Palestra inaugural: Resolução 5272/25. De início Marcelo Rosa - IPREJUN, fala como gestor RPPS da análise da Resolução 5272. Tem uma visão de copo meio vazio. Apresenta as contradições da Resolução. Prosseguindo se atentou aos limites, a seleção dos agentes S1 e S2.

Apresentou o tema: Resolução CMN 5272/25: Proteção ou Engessamento do RPPS?

Contradição:

- 1ª: Pro-Gestão, de facultativo para obrigatória e excludente.
- 2ª. Cronograma x burocracia.
- 3ª. Diversificação restrita x meta atuarial.
- 4ª. Abismo entre os RPPS.
- 5ª. Concentração do patrimônio líquido (não diversifica o ativo)
- 6ª. Reserva de mercado. Limita operação distribuição.
- 7ª. Dificuldade de aporte em fundos em gestores que não são S1 e S2.

Arnaldo Lima - Polo Capital

Fala como agente financeiro:

Fez uma introdução a respeito de olhar a pessoa não só o RPPS e a Prefeitura. Em seguida fez a apresentação:

Histórico das Resoluções CMN para os investimentos dos RPPS.

E conclui que devemos fazer o dever de casa. Ou seja cumprir as legislações.

Apresentou um paralelo institucional: EFPC x RPPS

Alex Albert - MPS

Fez uma apresentação geral da Resolução CMN 5.272/25 em virtude de ter um painel na programação somente da resolução.

Apresentou a portaria que constituiu o grupo de trabalho - Em seguida fez um paralelo do risco e gestão, e como mitigar este risco.

05/03

Carteira administrada x fundos ativos - RF x RV



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
00.094.350/0001-64



Palestrantes: Roberto Teperman - (CONSTÂNCIA)

Roberto trouxe o papel da IA na gestão da carteira, devido a quantidade de notícias que sai por dia no mundo a respeito do mercado financeiro. Apresentou gráfico com os melhores anos de bolsa no Brasil, que é quando a taxa de juros dá início baixa. E o pior retorno no ciclo de baixa dos juros. Locação em bolsa é uma relação estratégica. Bolsa está barata, investidor estrangeiros foram quem ganhou dinheiro na bolsa neste momento.

XP - Thiago, discordou dos apresentadores que antecederam. O quanto que o passado prejudica nossas ações.

Na apresentação Thiago discorreu nos temas de gestão: adaptação - o mundo mudou? Stop curto e liquidez - até quando insistir na tese.

Mais retorno, menos estórias- diversificação funciona?

Fluxo domina o fundamento - macro domina o micro...

Em resumo o mercado vive de ondas.

Daniel Varajão - Head Comercial - da Porto Asset.

A Porto passa sua visão a respeito da renda fixa. Fez um paralelo da renda fixa com a queda de taxa de juros. Apresentou gráfico desde 2005 com 06 ciclos de queda da SELIC.

Execução da política de investimentos e sua fiscalização na Res. CMN 5272

Palestrantes: Alex Albert Rodrigues (DRPSP/MPS)

José Marcos Alves de Barros - (Consultor de Investimentos)

José Marcos, explana em sua visão sobre a PAI, inclusive entendendo que credenciamento é um procedimento e não política de investimento.

Alex fez apresentação fazendo comparação da PAI com a Resolução CMN 5.272/25. E com o papel do comitê dentro da execução da PAI. Mas se desenvolveu sua apresentação na resolução CNM 5.272. Distribuição e gestão S1 e S2, limites de classes e subclasses. Fala da constituição de reserva, devendo ter controle de forma segregada e critérios.

Contratação dos prestadores de serviços, risco envolvidos e conflitos de interesses.

Palestrantes: Claudia Fernanda Iten - Coordenadora Geral de Normatização e Acompanhamento Legal (DRPSP/MPS).

Claudia fala para não terceirizar as suas ações. Em relação as senhas, reafirma a necessidade de cuidados, blindar os acessos com suas senhas. Senha e pessoal. Taxa de administração, seu limite e conversão para pagamento de benefícios, cuidado com o limite de contratação de consultor. Por fim, fala das Boas Práticas para mitigar riscos.

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis.

Fez uma pesquisa a respeito de contratação.



Em seguida comenta a respeito de contratos, valores, conflitos de interesses, em relação aos prestadores de serviços. (jurídico, contador, comprev, atuário...)

Comentou a respeito dos riscos operacional, reputação. Forma de contratação: licitação ou contratação direta. Sempre a 14.133.

Pró gestão x certificação de investimentos - quem prepara mais o RPPS
Marcia Paes - Comissão do Pró-Gestão (DRPSP/MPS)

De início fez um repasse dos cumprimentos das exigências que passaram a valer a regra a partir de 1º de janeiro de 2025. Pro-Gestão - selo ouro.

Informa que em breve será lançado a versão 4.1 do pró-gestão. A importância de apoio ao pró-gestão, se deve por ele auxiliar na conformidade, entendimento do funcionamento do RPPS, facilidade de acesso às informações. Não tem essa de quem prepara mais... elas se completam.

Ellinton Oliveira Souza (RPPS Mato Grosso/MT)

Falou da experiência deles na implantação do pró-gestão. Onde melhorou a governança do Estado do MT. Falou do desafio ao lançar o nível III de implantação. Disse da necessidade de implementar a mudança de cultura para gerir. Hoje são nível IV. Quanto ao quem prepara mais? Deu a entender que é o pró-gestão, pois é o que melhora a gestão do RPPS.

Acompanhamento contábil dos investimentos - Otoni Guimarães e Diana Vaz.

Otoni inicia com questionamento do papel do contador, "estão sendo meros preenchedores de formulário dos TCE, e a gestão contábil? A contabilidade tem que ser instrumentos de gestão. O contador tem que participar do processo ativamente. A eficácia da gestão depende diretamente da capacidade da contabilidade de fornecer subsídio de: Tomada de Decisão, controle e planejamento, transparência e conformidade, controle gerencial.

Diana da continuidade falando mais da missão, visão e valores.

Ter uma visão da contabilidade como uma bússola. Farol para o gestor.

Resolução CMN 5272 - Avanços e retrocessos.

Palestrante: Allex Albert Rodrigues (DRPSP/MPS)

Francisco Amarante - Superintendente da ABAI

Ronaldo Borges (Consultor de Investimentos)

Coordenador: João Carlos Figueiredo – Presidente da ABIPEM

Ronaldo fez uma apresentação onde cita como avanços:

Ênfase na gestão de risco Responsabilidade pela gestão responsabilizando também a omissão;

ETF internacional Inclusão de ativos securitizados CRI CRA;

Empréstimos das classes ETF Limitação específica por emissores de CDB e LF;

Importância da observação dos Impactos ASG;



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
00.094.350/0001-64



Conceito de contratação de serviços por notória especialização;
Possibilidade de aplicação em classe fechadas;
Recepção de ativos oriundo de liquidação de fundo estressados;
Carteira administrada , passa a ser credenciável.

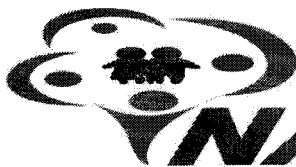
Retrocessos:

Inversão da ordem normal: Grupo de trabalho [REDACTED] norma. Trouxe programa de governança facultativo como balizador de investimentos;
Uma imagem vale mais que Mil palavras ... e resolução 5272 assassinou a diversificação;
Proibição de fundos referenciados DI com títulos privados (sem pró gestão);
Desconsiderou as certificações profissional dos gestores;
Privou os RPPS terem relação com os assessores;
Aumento de custo para aquisição de TPF;
Criou reserva de mercado - S1 e S2;
Limitou 50% da participação dos RPPS;
Francisco Amarante, fez uma apresentação voltada ao papel do distribuidor autônomo, desde o início suas evoluções até o dia de hoje, ressaltando a importância, profissionalização e capacitação para os dias de hoje.

Allex Albert, fez ponderações a respeito da Resolução CMN 5.272/25, deixando bem claro que de curto e curtíssimo prazo não há de se falar em alteração da resolução, e que a resolução esta muito bem definidos as novas regras. Portanto, cabe aos gestores, mercado e consultores observa-la e coloca-la em prática, orienta a não fazer resgates imediatos, pois tem carência de 02 anos para adequar os fundos.

Naviraí, 09 de março de 2026.

Moisés Bento da Silva Júnior



ANEXO I
RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Este Relatório aplica-se a todos os Membros de Diretoria, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e servidores cedido à NAVIRAÍPREV em viagem de capacitações. Deverão apresentar o mesmo juntamente com relatório de viagem, sendo entregue em no máximo 5 dias corridos a contar do encerramento da Evento

Deverão ser anotados e discorridos abaixo as informações da participação no Evento.

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Geni Messias Alves Barreto	Comitê de investimentos

2. Período do Evento	
Data de Saída: 03/03/2026	Data de Retorno: 07/03/2026
Local do evento (cidade/Estado): CentroSul - Centro de Convenções de Florianópolis Av. Gov. Gustavo Richard, 850 - Centro, Florianópolis - SC, CEP: 88010-290	Nome e link do Evento. Nome: 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS – Florianópolis SC https://eventos.inf.br/abipem/2026/8cbi/index.php

Palestras e Painéis Assistidos:
1. Cerimônia de Abertura: 04/03/2026 Palestra Inaugural – Resolução CMN 5272 na visão do MPS, dos RPPS e do Mercado Financeiro Palestrantes: Especialistas do Ministério da Previdência, gestores de RPPS e representantes do mercado financeiro. A palestra abriu o congresso debatendo a nova Resolução CMN 5.272, que trata das regras de investimento dos RPPS. Os palestrantes explicaram como a norma impacta a gestão dos recursos previdenciários e destacaram a necessidade de maior profissionalização na tomada de decisões. Também foi ressaltada a importância da governança e da transparência nas aplicações financeiras.
2. Títulos Públicos e Fundos 100% Títulos Públicos Palestrantes: especialistas em mercado financeiro e gestão de carteiras públicas. A apresentação abordou como os RPPS podem investir em títulos públicos federais e fundos atrelados a esses ativos. Os palestrantes destacaram a segurança desse tipo de investimento e sua importância para atingir a meta atuarial de longo prazo. Também discutiram estratégias para melhorar a rentabilidade sem comprometer a segurança.
3. Execução e Fiscalização da Política de Investimentos Palestrantes: membros de tribunais de contas e especialistas em governança pública. A palestra explicou como deve ocorrer a execução da política de investimentos definida pelos RPPS. Os palestrantes reforçaram o papel da fiscalização e dos controles internos. A ideia central foi garantir que as decisões sigam a legislação e protejam o patrimônio previdenciário.
<p>E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 – CEP 79.950-000 NAVIRAÍ-MS</p>



4. Contratação de Prestadores de Serviços

Palestrantes: advogados e consultores especializados em RPPS.

O debate abordou os riscos e cuidados na contratação de gestores, consultorias e instituições financeiras. Foi enfatizada a necessidade de transparência e prevenção de conflitos de interesse. Também foram apresentados critérios técnicos para escolher bons prestadores de serviço.

5. Operação com Consignados

Palestrantes: especialistas em crédito consignado e gestores de RPPS.

Foi discutido como os regimes próprios podem operar investimentos ligados ao crédito consignado. A palestra explicou modelos de contratação, custos e garantias envolvidos nesse tipo de operação. O objetivo é ampliar alternativas de investimento mantendo controle de risco e retorno adequado

6. Previdência Complementar e Gestão da Carteira CD

Palestrantes: especialistas em previdência complementar.

Os palestrantes explicaram o funcionamento da previdência complementar no setor público e a gestão das carteiras de contribuição definida (CD). Foi ressaltado que a boa gestão desses recursos é fundamental para garantir aposentadorias sustentáveis no futuro

7. Pró-Gestão x Certificação de Investimentos

Palestrantes: especialistas em certificação profissional e governança de RPPS.

O debate comparou dois mecanismos importantes para qualificação da gestão previdenciária: o programa Pró-Gestão e as certificações profissionais. Os palestrantes destacaram que ambos contribuem para elevar o nível técnico da gestão dos recursos.

8. Fundos Imobiliários Exclusivos

Palestrantes: gestores de fundos imobiliários.

Os especialistas explicaram como funcionam os fundos imobiliários exclusivos para RPPS. Foram apresentados critérios de precificação dos imóveis, escolha do gestor e administração da carteira. O tema mostrou o potencial desse investimento para diversificação.

Palestra de Encerramento – Avanços e Retrocessos da Resolução CMN 5272

Palestrantes: especialistas em previdência e mercado financeiro.

A palestra final fez uma análise crítica da nova regulamentação dos investimentos dos RPPS. Os palestrantes discutiram os avanços trazidos pela norma e os desafios que ainda precisam ser superados. O encerramento reforçou a importância da qualificação dos gestores para garantir sustentabilidade aos regimes previdenciários.

5. Motivação / Interesse Público da Capacitação:

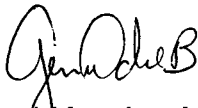
A capacitação neste evento contribui para melhorar a qualidade da gestão dos recursos previdenciários, garantindo maior segurança, transparência e eficiência na aplicação dos investimentos. O conhecimento adquirido permite decisões mais responsáveis e alinhadas à legislação vigente, fortalecendo a sustentabilidade financeira do regime e assegurando a proteção dos recursos destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores públicos.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 10 de Março de 2026

Atenciosamente;



Geni Messias Alves Barreto
Comitê de Investimentos

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Antonio Sedano Ribeiro	Membro do Comitê de Investimentos

2. Período do Evento	
Data de Saída: 03/03/2026 as 14:00 Horas (MS) Naviraí, Veículo S10, Placa PHH6157 até Rodoviária cidade de Umuarama – PR, onde tomamos ônibus da Viação Brasil Sul conforme Passagens anexas.	Data de Retorno: Saída dia 06/03/2026 às 19:horas de Florianópolis - SC Chegada em Umuarama as 09:00 Retorno Naviraí Veículo S10, Placa PHH6157, chegada por volta das 10:30. Obs. Veículo utilizado neste deslocamento de propriedade da Diretora Financeira Elaine Perin Ribeiro.
Local do evento FLORIANÓPOLIS - SC Local: Centro de Convenções de Florianópolis - SC	Nome e link do Evento. 8ª edição do Congresso Brasileiro de Investimentos de 04 a 06/03/2026 - ABIPEM - Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais Link do evento: https://eventos.inf.br/abipem/2026/8cbi/programacao.php (disponível em 08/03/2026)

Palestras e Painéis Assistidos:

04 de Março de 2026 (quarta-feira) – Credenciamento as 18:00HS

Palestra Inaugural:

A Abertura do **8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS** contou com a participação de diversas autoridades e técnicos. Abaixo, apresento um resumo do que cada um dos que fizeram o uso da palavra na cerimônia de abertura.

Breve relato das Autoridades que fizeram uso da palavra na cerimônia inicial.

- **Deputado Bruno Ganen PODE/SP:** Colocou a Comissão de Previdência da Câmara à disposição dos gestores e destacou o impacto da inteligência artificial e da longevidade nos investimentos.
- **Alexandre Sarquis (Atricon/TCE-SP):** Elogiou a evolução da governança dos RPPS nos últimos anos e lembrou que os institutos se "blindaram" bem de escândalos passados graças a códigos de ética.
- **Carlos Xavier Schiran (ASSIMPASC):** Atuou como anfitrião, destacando a importância da troca de experiências para resolver problemas dos RPPS de SC, e evento que iram realizar em breve no Estado com RPPS Locais.

- **João Carlos Figueiredo (Presidente da ABIPEM)**

Fez acolhimento dos presentes e destacou o recorde de mais de 1.400 inscritos, o que demonstra a sede de conhecimento dos gestores. Fez uma crítica à Nova Resolução: Afirmou que a Resolução 5.272/2025 trouxe muitas dúvidas e que, para ele, ela "nasceu morta" porque, ao focar no curto prazo e restringir investimentos, prejudica o cumprimento das metas atuariais no longo prazo.

Certificação: Incentivou o novo modelo de certificação da ABIPEM, focado em cursos e profundidade técnica, em vez de apenas provas punitivas. Falou ainda Pós-graduação em Previdência que está sendo lançada pela ABIPEM e declarou aberto o evento.

A Palestra: O tema abordado foi a "**Resolução CMN 5272 na visão do MPS, dos RPPS e do Mercado Financeiro**"

1. Marcelo Rosa (Gestor do RPPS de Jundiá) Início as 20:05hs

- Engessamento: Argumentou que a nova norma transforma o Pró-Gestão (que era voluntário) em uma barreira excludente. Para ele, isso engessa os institutos pequenos. Citou que o IPREJUN, seu RPPS que possuem nível IV pró Gestão não grandemente impactado com a norma.
- Risco de Concentração: Criticou a obrigação de concentrar recursos em títulos públicos, o que fere a "teoria moderna de portfólio" e reduz a rentabilidade futura.
- Aumento de Custos: Alertou que a restrição a grandes instituições (S1 e S2) diminui a concorrência e fará os RPPS pagarem taxas administrativas mais caras. Citou ainda 07 Contradições que a norma possui a seu ver, entre elas reserva de mercado e dificuldade de atuação dos distribuidores.

2. Arnaldo Lima (Polo Capital) Início as 20:30hs

- Apresentou históricos de todas as resoluções CMN desde a 3244/2004 até chegar na 5272/2025.
- Visão de Mercado: Defendeu que o RPPS é parte da solução econômica do país, gerando poupança interna e desenvolvimento.
- Proporcionalidade: Propôs que a regulação deveria ser proporcional: se um RPPS pequeno fez reformas e tem profissionais certificados, ele deveria ter direito a diversificar tanto quanto um grande. Sugeriu que a regulação deveria tratar desigualmente os desiguais, permitindo que RPPS de pequeno porte com boa governança e reformas feitas também pudessem diversificar mais
- Oportunidades: Destacou que, apesar das restrições, houve avanços em áreas como crédito privado e fundos de infraestrutura (ASG).

3. Alex Albert (Ministério da Previdência) Início as 20:49

- Prudência e Segurança: Explicou que o CMN buscou blindar o sistema contra riscos de imagem e má gestão, priorizando a segurança dos recursos públicos, e considerou que a 5272/2025 apresenta vários aspectos positivos. Citou que atualmente 76% dos recursos dos RPPS, atualmente estão aplicados em títulos públicos.
- Intermediação: Esclareceu as novas regras para a compra de títulos e a atuação de assessores, reforçando que o foco é a transparência e o registro das decisões.
- Grupo de Trabalho (GT): citou que o Ministério está ouvindo os gestores através de um grupo de trabalho instituído através da portaria 237/2026 para corrigir possíveis distorções da norma.



Figura 1 - Cerimônia de Abertura e Palestra Inaugural.

Palestras Assistidas

05 de Março de 2026 (quinta-feira)

Palestra 1:

O tema foi "Títulos Públicos e fundos 100% Títulos Públicos - operacionalização da compra e a meta atuarial no longo prazo", realizada no Auditório 1 das 09:00 às 10:30 hs

Os palestrantes foram Jefferson Veiga (Itaú), Chrystian Faria (Caixa Asset) e Daniel Maeda / Rafael de Oliveira (B3), com coordenação de Léa Praxedes (RPPS de Cabedelo/PB)

Daniel Maeda apresentou a plataforma da B3 TRADEMATE, plataforma de negociação eletrônica de produtos de renda fixa sendo está uma opção para os RPPS negociarem Títulos Públicos diretamente na B3. O uso dessa plataformas permite que todas as cotações (exigência de no mínimo três intermediários) sejam registradas de forma auditável, facilitando o trabalho dos órgãos de fiscalização e protegendo o gestor, citando o caso MASTER.

A Plataforma apresenta livro de ofertas dos títulos em negociados, possui um custo de R\$ 190,00 para o RPPS. O Trademate emula um ambiente de Negociação da Bolsa, emitido uma ordem de compra ou venda.

Jeferson Veiga - Itaú Asset)

Ciclo de Queda da Selic: O mercado está em um ciclo de redução da taxa Selic. O Itaú projeta uma Selic terminal por volta de 12% ao final de 2026. Jefferson citou que em momentos de volatilidade

(cenário fiscal, guerras, eleições), o "tático" conta muito. O gestor deve ser ativo para capturar ganhos no fechamento da curva de juros.

A queda da inflação e a manutenção de juros reais altos tornam os títulos públicos brasileiros extremamente atrativos em comparação com o mercado internacional.

Cristian Faria - Caixa Asset

Pós-fixado (CDI): Nos próximos dois anos, o CDI deve continuar superando a meta atuarial (IPCA + 6%), podendo entregar algo em torno de IPCA + 8,5% em 2024

Renda Fixa Ativa: Para prazos mais longos, a diversificação é essencial. Historicamente, o CDI nem sempre bate a meta (como ocorreu entre 2017 e 2022). Por isso, fundos de Gestão Ativa são recomendados para capturar ganhos em títulos pré-fixados (IRFM) e atrelados à inflação (IMAB)

Simetria de Risco: As taxas atuais das NTN-Bs (IPCA +) estão em patamares historicamente elevados. Há uma oportunidade clara de ganho na marcação a mercado à medida que as taxas caem

O consenso do painel é que é perfeitamente possível bater a meta atuarial apenas com Renda Fixa Soberana no cenário atual, desde que haja uma gestão diligente e o uso de ferramentas adequadas. Leia Praxedes fechou a palestra enfatizando a importância do Pro Gestão em seu RPPS.



Figura 2 - Imagem da Palestra 1

Palestra esta disponível no youtube no link:
<https://www.youtube.com/watch?v=Eaarcww0F3U>

Palestra 5:

Com o tema "**Controle externo e os investimentos dos RPPS**", esta sessão ocorreu no Auditório 2, das 11:00 às 12:30 hs

Participaram Alexandre Manir Figueiredo Sarquis (Substituto de Conselheiro do TCE/SP), Rafael Olegário da Costa (Auditor de Controle Externo do TCE/PR) e Vitor Leitão (Consultor de Investimentos), coordenados por João Gomes Rego (RPPS de Maragogi/AL)

Alexandre Sarchis, do TCE/MS iniciou sua palestra colocando como surgiu os Tribunais de contas, que remeteu a era de Napoleão Bonaparte na França. Enfatizou a importância dos documentação dos procedimentos dentro do RPPS, uma vez que o procedimento dos TCEs muitas vezes não busca apenas ver se houve ganhos na aplicação, mas se seguiu as normas e o TCE faz seus apontamentos de forma Gradativa.

Rafael Olegário da Costa reforçou palavras de Sarquis, enfatizando que o TCE PR já atua com análises mais aprofundadas com relação aos investimentos dos RPPS. Citou que o tribunal muitos casos compara a PAI e a ATA de deliberação.

Vitor Leitão em sua apresentação colocou que o RPPS deve ter um plano de contingência dos investimentos, o que fazer se algo sair do controle nos investimentos realizados. Citou a evolução desde o ano de 2022, quando do surgimento da las (a Apresentou uma tela do CHATGPT), e fez um questionamento do quanto seu RPPS evoluiu neste período, citando que alguns RPPS apresentam um site com mínimo de informações, é isso o mínimo que o RPPS deve ter, um site com publicação de todos os atos, relatórios, procedimentos. Citou que alguns TCEs já possuem painéis de índices de situação dos RPPS do seu estado. Vitor reforçou que plataforma como TRADEMATE podem ajudar muito no RPPS nas diligências e registro.



Figura 3 - Imagem da Palestra 5

Palestra 8:

Abordando a "Contratação dos Prestadores de Serviços, risco envolvidos e conflitos de interesses", a palestra foi sediada no Auditório 2, das 14:00 às 15:30 hs

Palestraram Claudia Fernanda Iten (Coordenadora Geral de Normatização e Acompanhamento Legal - DRPSP/MPS) e Alexandre Manir Figueiredo Sarquis (Substituto de Conselheiro do TCE/SP), com coordenação de Antônio Correa (RPPS de Indaiatuba/SP)

Alexandre Sarchis iniciou sua palestra com uma Dinâmica de Perguntas ao Público presente utilizando o Kahoot.it. Colocou a importância de solicitar as consultorias no momento de Contratação Declaração de conflito de interesses, inclusive colocando um modelo em seu slide de apresentação.

Claudia Iten reforçou o Pro Gestão deve ser usado não apenas como mais um selo, mas colocar em prática suas ações. Falou sobre as responsabilizações da lei 9717/1998 art. 8º. Citou ainda a importância de acompanhar todas as contratações (fiscalizar o contrato). Colocou a importância de consultar possíveis conflitos de interesses entre Atuarário, Gestor, Consultor. Dar maior transparência aos contratos e utilizar práticas de controles internos. Citou em seu encerramento o programa poupadores do futuro do MPS.

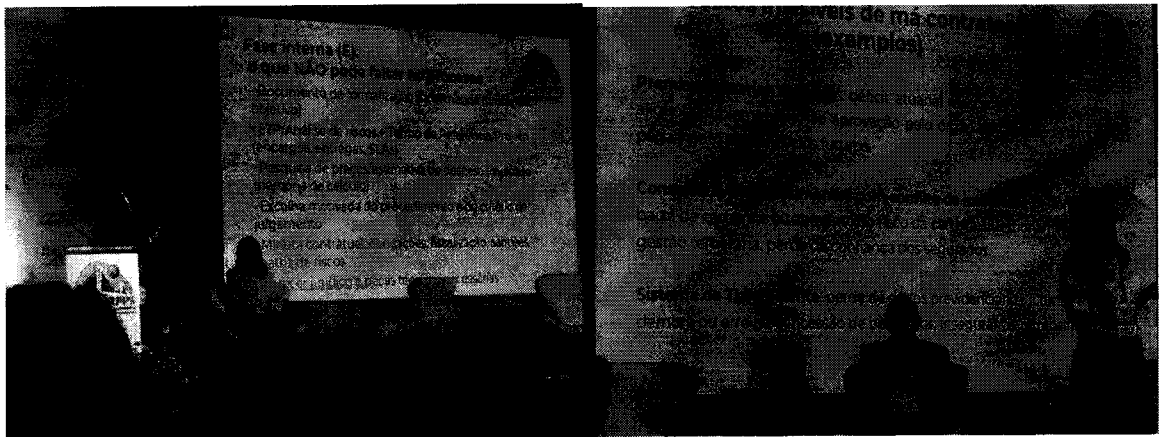


Figura 4 - Imagem da Palestra 8

Palestra 11:

Ocorreu no Auditório 2, das 16:00 às 17:30 hs, com o tema "Pró gestão x certificação de investimentos - quem prepara mais o RPPS" Teve como palestrantes Marcia Paes (Comissão do Pró-Gestão - DRPSP/MPS) e Ellinton Oliveira Souza (RPPS Mato Grosso/MT), coordenados por Daniel Ribeiro Silva (FUMPRES/BA)

Marcia Paes fez sua abertura lembrando alguns requisitos das certificações Profissionais no e a importância do Pro-Gestão na governança, no qual cita que ambas se complementam. Citou que em breve deve ser publicado o manual pro gestão 4.1. Marcia citou que o ProGestão não é do MPS, e sim dos RPPS. Pró gestão é mais que um certificado na parede, e se aplicado, melhora a governança, uma vez que em muitos RPPS a falta de processos registrados é um problema.

Ellinton Oliveira apresentou o seu RPPS, do estado do MT, as dificuldades encontradas e a importância do progestão no seu RPPS. Citou que o RPPS conseguiu o CRP Administrativo após implementar as práticas do Pró Gestão. Fez pontuações sobre a 5272, no qual no seu entendimento não deveria vincular níveis de acessos aos investimentos.

O Moderador Daniel, fez ponderação que quando a taxa Selic começar a cair, a 5272 trará muitas dificuldades para os RPPS.



Figura 5 - Foto do Palestra 11.

06 de Março de 2026 (sexta-feira)

Palestra 13: O tema "Gestão do Desenquadramento passivo x interesse do RPPS" foi apresentado no Auditório 1 (Transmissão) das 09:00 às 10:30 hs. Os palestrantes incluíram Vitor Leitão (Consultor de Investimentos) e José Veloso (Auditor Fiscal da Receita Municipal), sob coordenação de Daniel Leandro Boccardo (RPPS de Birigui/SP). Links no Youtube da palestra: <https://www.youtube.com/watch?v=24nrZ0K-hF0>

José Veloso, sua visão foi pautada pelo pragmatismo do gestor público e pela proteção do "CPF" através do cumprimento rigoroso dos fluxos processuais. Relembrou que a missão última do RPPS é pagar benefícios e que os investimentos são o meio para isso. A burocracia não deve vencer a finalidade, mas serve para resguardar o gestor.

Esta foi a sua frase principal. Defendeu que, como a norma dá 2 anos para o reenquadramento, o gestor não deve agir por impulso. Decisões rápidas podem ser piores que o desenquadramento em si.

Enfatizou que a segurança jurídica do gestor reside no registro. Se uma decisão de manter um ativo desenquadrado for tomada, ela deve estar detalhadamente fundamentada em ata, provando que a venda imediata traria prejuízo financeiro. O desenquadramento passivo é um evento externo (mercado), mas a resposta do gestor deve ser ativa e tempestiva através de diagnósticos técnicos e comunicação com os conselhos.

Vitor Leitão

A sua abordagem focou na estratégia de alocação, nos riscos de "destruição de valor" e nas complexidades técnicas da nova resolução.

Defendeu que, se um RPPS não tem o nível de Pró-Gestão necessário para uma classe de ativos (ex: ações), a sua Política de Investimentos deve marcar "zero" como meta, tratando o que já possui apenas como um resíduo em desenquadramento passivo.

Alertou que resgatar ativos apressadamente (como ações ou renda fixa longa) num momento de baixa de mercado apenas para "cumprir a norma" é uma opção de destruição de valor que pode ser questionada pelos Tribunais de Contas no futuro.

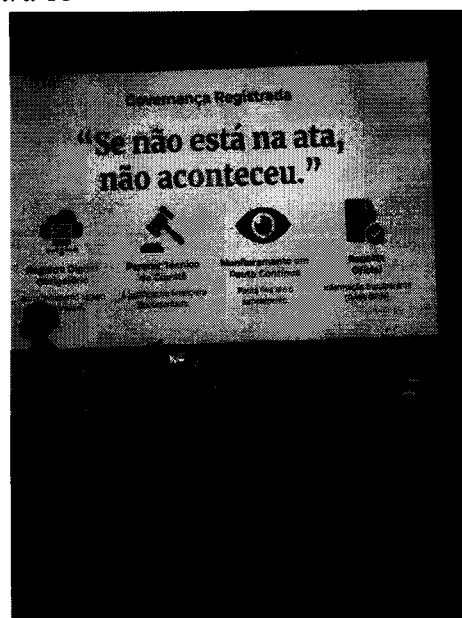
Ressaltou que qualquer movimento de saída de ativos deve considerar o passivo do instituto. Sair de ativos longos para curtos sem planejamento pode desalinhar a estratégia de longo prazo do RPPS.

Chamou a atenção para este ponto "vilão" da norma, que limita a participação em fundos a 50% de RPPS e restringe a exposição por emissor bancário. Para ele, este controle é muito mais difícil e manual do que os limites de enquadramento por artigo.

- Diferenciou o "não fazer nada por maturidade" (compreender o problema e esperar o melhor momento técnico) do "não fazer nada por inércia" (ignorar o problema).



Figura 6 - Foto da Palestra 13



Palestra de Encerramento
Resolução CMN 5272 - Avanços e retrocessos

Palestrantes: Alex Albert Rodrigues (DRPSP/MPS)

Francisco Amarante - Superintendente da ABAI - Associação Brasileira de Assessores de Investimentos

Ronaldo Borges (Consultor de Investimentos) Mais Valia.

Coordenador: João Carlos Figueiredo – Presidente da ABIPEM

Focado nos "**Avanços e Retrocessos**" da **Resolução CMN nº 5.272**. O painel reuniu consultores, representantes de assessores de investimentos e o Ministério da Previdência para um diagnóstico final do evento.

Abaixo estão os pontos principais discutidos que julgamos mais relevantes, entre tantos outros também de importância.

1. Avanços Identificados (Ronaldo Borges - Mais Valia)

Apesar das críticas, foram destacados pontos de modernização na norma:

- **Gestão de Riscos:** Ênfase no risco reputacional e na responsabilidade de todos os prestadores de serviço (não apenas gestores) por ações ou omissões.
- **Modernização de Ativos:** Inclusão de ETFs Internacionais, ativos securitizados (CRI e CRA) e a possibilidade de aluguel de cotas de ETFs para aumentar a rentabilidade.
- **Foco em ASG:** Incentivo à observação de critérios Ambientais, Sociais e de Governança na seleção de ativos.
- **Situações de Estresse:** Regras para alocação de ativos oriundos de fundos estressados/judicializados, permitindo que o RPPS mantenha ativos recebidos em liquidações sem ferir o enquadramento.

2. Retrocessos e Contradições (Ronaldo Borges)

O palestrante foi enfático ao dizer que a resolução "assassinou a diversificação" para a maioria dos RPPS:

- **Falta de Diálogo Prévio:** A norma foi publicada sem uma audiência pública que considerasse as sugestões do setor, gerando a necessidade de um Grupo de Trabalho (GT) posterior para "consertar" o texto.
- **Engessamento pelo Pró-Gestão:** A obrigatoriedade de níveis altos de certificação para poder diversificar empurra a maioria dos institutos (que são pequenos) exclusivamente para títulos públicos.
- **Impacto no Crédito:** Ao restringir fundos que comprem títulos privados, a norma retira capital que financiava o setor produtivo nacional.
- **Reserva de Mercado:** Crítica à exigência de que instituições financeiras sejam apenas do nível S1 ou S2, o que pode aumentar taxas e reduzir a concorrência.

3. O Papel dos Assessores de Investimento (Francisco Amarante – ABAI - Associação Brasileira de Assessores de Investimentos)

- **Evolução da Profissão:** Explicou que o assessor hoje é um profissional altamente regulado (CVM 178/179) e essencial para levar educação financeira e produtos competitivos para o interior do país e que atualmente as assessorias cuidam de cifras bilionárias.
- **Transparência:** Destacou que os assessores são os únicos obrigados a detalhar seus custos de remuneração nos extratos, defendendo que essa transparência deveria ser estendida aos grandes bancos.

4. Conclusão do Ministério da Previdência (Alex Albert)

Antes de entrar no tema principal, Alex chamou atenção dos presentes para se atentarem aos prazos 30/08/2026 para emissão do CRP Administrativo. Parcelamento Especial: Deixou um recado urgente para os entes que possuem CRP judicial: o prazo para formalizar parcelamentos de débitos em até 300 parcelas termina em 31 de agosto.

- **Norma Vigente:** Alex reforçou que, embora o diálogo no GT esteja aberto, a resolução é a lei atual e deve ser cumprida, em suas palavras citou que a resolução “está posta”.
- **Ajustes de Curto Prazo:** Alertou que não há expectativa de mudanças no texto da norma no curtíssimo prazo; o foco agora é na interpretação conjunta com a CVM para viabilizar operações (como a dos assessores) dentro do que o texto permite.
- **Pro Gestão –** Citou que os RPPS devem buscar o pro gestão, que se não resolve todos os problemas, mas é o maior avanço que foi possível para implementar a governança nos RPPS.

O evento terminou com uma mensagem de união: as críticas foram feitas, mas agora o foco é a construção de soluções dentro do Grupo de Trabalho para garantir a sustentabilidade dos regimes.

Palestra de Encerramento esta disponível no Youtube
https://www.youtube.com/watch?v=fvpXrcwIU_M&t=252

5. Motivação / Interesse Público da Capacitação:

A motivação para a participação no Congresso de Investimentos deu-se pela busca de qualificação que um evento deste porte proporciona, dado o alto nível de conhecimento dos palestrantes. O objetivo foi interagir com outros RPPS e colocar o máximo do conhecimento obtido em prática no Comitê de Investimentos da NAVIRAIPREV.

Informações Complementares:

Segundo organizadora ABIPEM, o evento contou com aproximadamente 1.400 Participantes, sendo recorde atual, tendo representantes de vários de praticamente todos os estados Brasileiros.

Empenho 48/2026- R\$ 6.124,80 Diárias em acordo decreto Municipal 64/2023.

<https://navirai.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/3/empenhos/detalhe?search=id.entidade==3&entidade=3&exercicio=2026&empenho=48> (Disponível em 09/03/2026)

Empenho 22/2026 R\$ 735,06: Valor com passagens de Ônibus – Ida 04/03 e volta 06/03/2026

<https://navirai.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/3/empenhos/detalhe?search=id.entidade==3&entidade=3&exercicio=2026&empenho=22> (Disponível em 09/03/2026)

Empenho 16/2026 R\$ 1.045,00 Inscrição para o evento – ABIPEM (Valor por participante)

<https://navirai.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/3/empenhos/detalhe?search=id.entidade==3&entidade=3&exercicio=2026&empenho=16> (Disponível em 09/03/2026)

Total de Recursos investidos nesta Capacitação: R\$ 7.904,86

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 09 de março de 2026

Atenciosamente;

gov.br

Documento assinado digitalmente
ANTONIO SEDANO RIBEIRO
Data: 10/03/2026 20:57:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

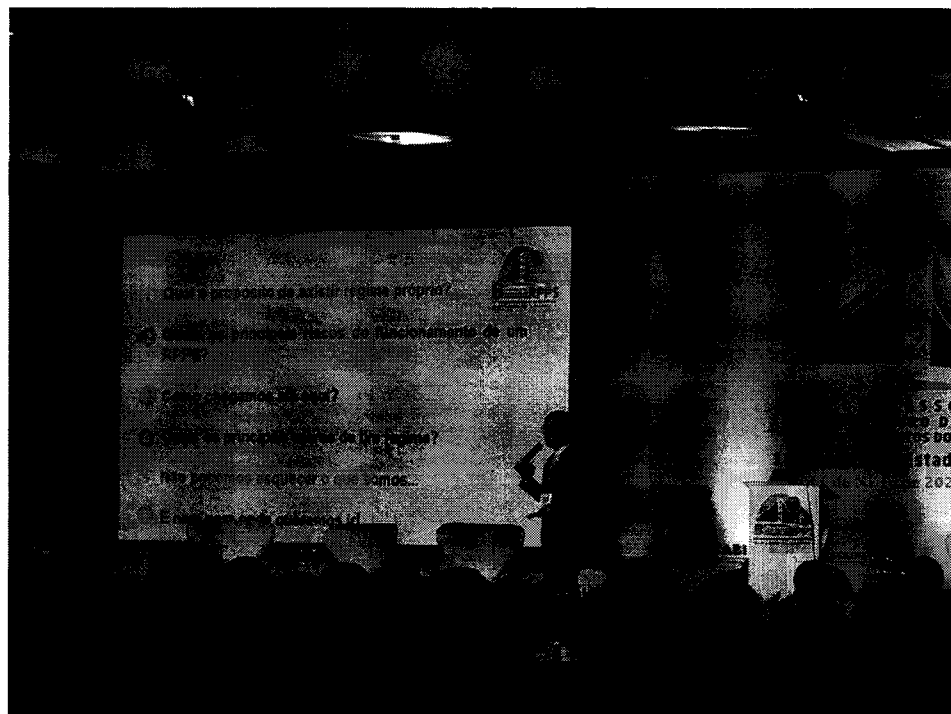
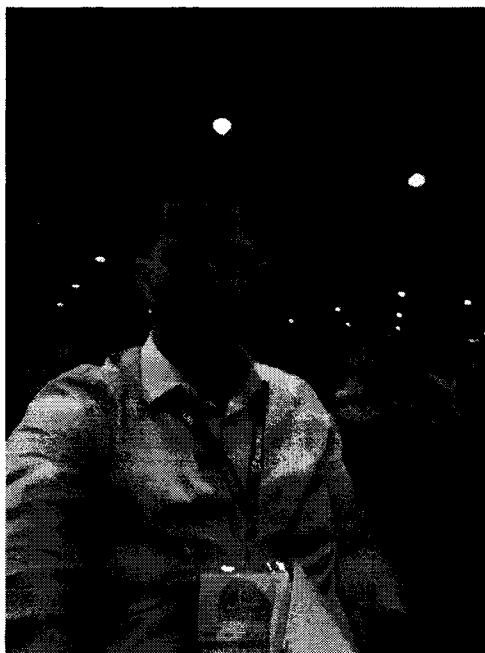
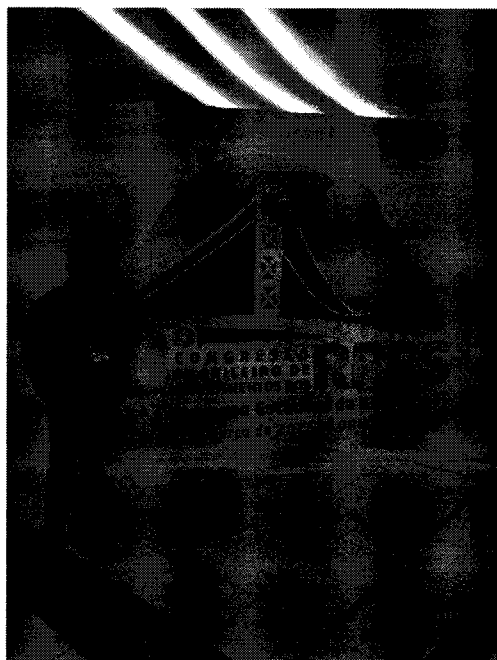
Antonio Sedano Ribeiro
Membro do Comitê de Investimentos
Gestão 2024-2028

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br
AV. AMÉLIA FUKUDA,170 - FONE (67) 3461 2999 – CEP 79.950-000
NAVIRAÍ-MS



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
00.094.350/0001-64

Algumas imagens do Eventos por mim registradas:



Certificamos que

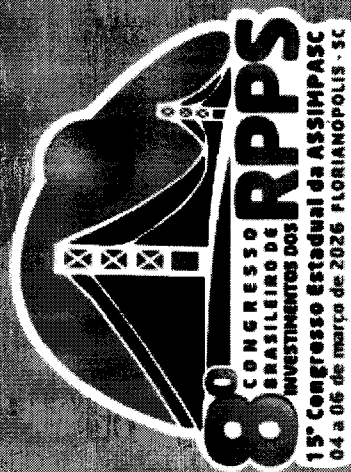
ANTONIO SEDANO RIBEIRO

participou do 8º Congresso Brasileiro de Investimentos em PIS e 15º Congresso Estadual de Assimpem, realizado nos dias 04, 05 e 06 de março de 2026, no Centro de Convenções de Florianópolis, com o tema "Novos Rumos e Horizontes".

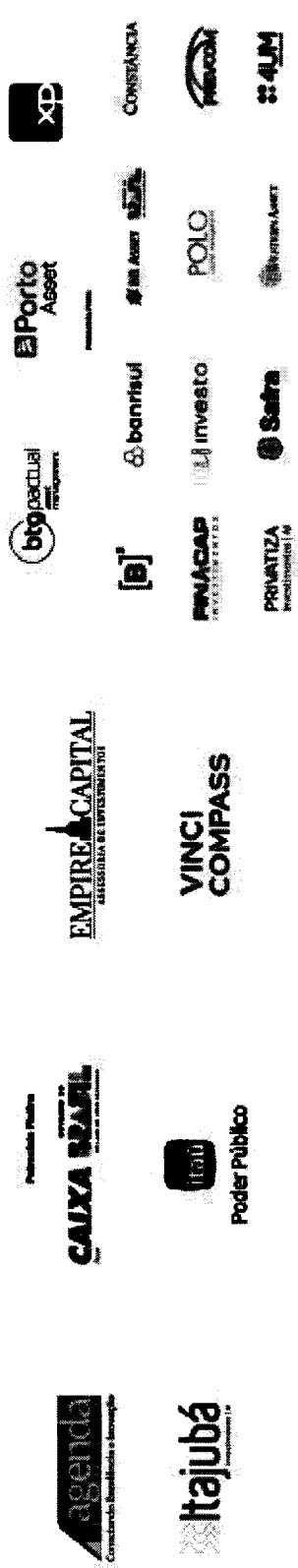
[Handwritten Signature]
João Carlos Figueredo
Presidente ABIPEM

Associação Brasileira de Investidores de Previdência Especializada e Municipal (ABIPEM) - CNPJ nº 07.074.208/0001-77
Certificado nº: 121922
Data: 08/03/2026

A utilização deste Certificado, para os fins previstos em Lei, está condicionada e verificada da autenticidade no site de ABIPEM: www.abipem.org.br



Patrocínio



Certificamos que ANTONIO SEDANO RIBEIRO, participou do 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS e 15º Congresso Estadual da ASSIMPASC, realizado nos dias 04, 05 e 06 de Março de 2026, em Florianópolis, Santa Catarina, cumprindo a carga horária de 16 horas.

Conteúdo Programático:

- Resolução CMN 5272 na visão do MPS, dos RPPS e do Mercado Financeiro
- Títulos Públicos e fundos 100% Títulos Públicos - operacionalização da compra e a meta atuarial no longo prazo
- Operação com consignados - modelos de contratação, custos envolvidos e garantias para batimento da meta
- Carteira administrada x fundos ativos - RF x RV
- Avaliação e monitoramento dos riscos na Res. CMN 5272
- Controle externo e os investimentos dos RPPS
- Execução da política de investimentos e sua fiscalização
- Investimentos diretos em ativos privados - elegibilidade e critérios de seleção
- Contratação dos prestadores de serviços, risco envolvidos e conflitos de interesses
- Previdência complementar e gestão da carteira CD
- Fundos estruturados - resultados históricos e sustentabilidade dos investimentos previdenciários
- Pró gestão x certificação de investimentos - quem prepara mais o RPPS
- Fundos de debentures de infraestrutura e Fiagro
- Gestão do Desenquadramento passivo x interesse do RPPS
- Acompanhamento contábil dos investimentos
- Fundo imobiliário exclusivo - precificação dos bens / escolha do gestor e do administrador / gestão da carteira
- Resolução CMN 5272 - Avanços e retrocessos

Associação Brasileira de
Instituições de Previdência
Estaduais e Municipais - ABIPEM
[29.184.280/0001-17]

Certificação Nº: 128929

Data: 06/03/2026

A utilização deste Certificado, para os fins previstos em Lei, está condicionada à verificação de autenticidade no site da ABIPEM: www.abipem.org.br

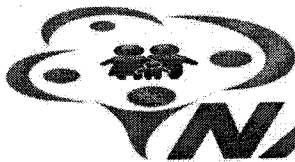


RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Elis Regina Martins da Silva	Membro Comitê de Investimentos

Período do Evento	
Data de Saída: 03/03/2026	Data de Retorno: 07/03/2026
Local do evento (cidade/Estado): Florianópolis/SC	Nome e link do Evento. 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS https://eventos.inf.br/abipem/2026/8cibi/

Palestras e Painéis Assistidos:
Palestra de Abertura: 04/03/2026 Cerimônia de Abertura Palestra inaugural Resolução CMN 5272 na visão do MPS, dos RPPS e do Mercado Financeiro Participantes: Allex Albert Rodrigues (DRPSP/MPS) Falou sobre os princípios da resolução CMN 5.272/2025 Responsabilidade, Zelar, Adoção de regras, procedimentos e controles internos, Diligência, Credenciamento, Gestão de riscos, Definição clara das atribuições e responsabilidades de todos os participantes, Registro do embasamento das decisões, Como mitigar os riscos dos RPPS e o equilíbrio financeiro e atuarial do conceito a prática. Marcelo Rosa (RPPS de Jundiaí) Começou com uma análise do copo meio vazio, sobre quais os impactos da nova resolução. Contradição que diz que a certificação voluntária virou obrigatória. O cronograma x a burocracia pública, com o pouco tempo para se adequar a nova resolução. Diversificação restrita x meta atuarial, resolução me obriga a ter uma única cesta. Concentração do patrimônio líquido. Reserva de mercado com limitação de corretoras em títulos públicos. Dificuldade de aporte em fundos em gestores que não são S1/S2. Arnaldo Lima (Polo Capital) Histórico das resoluções CMN para os investimentos dos RPPS Falando sobre o aperfeiçoamento do pró gestão, como o lado bom com mais certificação, oportunidades para nível III e IV. Orçamento público não é suficiente para elevar a taxa de investimento, abrindo oportunidades para os fundos de debêntures de infraestrutura. Coordenador: Carlos Schramm - Presidente da ASSIMPASC Auditório 1: 05/03/2026 09:00 - 10:30 hs Títulos Públicos e fundos 100% Títulos Públicos - Operacionalização da compra e a meta atuarial no longo prazo Palestrantes: Jefferson Veiga – Itaú Falou sobre perspectiva de corte de juros Reequilíbrio do diferencial de juros entre Brasil e EUA, reduzindo pressões cambiais e aumentando a previsibilidade do cenário macroeconômico. O início do ciclo de cortes de juros tem sido um dos melhores pontos de entrada para investimentos em renda fixa.



Chrystian Faria - Caixa Asset

Falou sobre renda fixa
Projeções da taxa Selic
Banco central já sinalizou a redução da taxa Selic, começando o ciclo de corte de juros
Pós fixado do CDI bastante atrativo trazendo tranquilidade, batendo meta atuarial.

Daniel Maeda / Rafael de Oliveira - B3

Começou falando sobre a B3
Plataforma Trademate como um ecossistema de alta performance que atende as normas
CMN 5.272 para negociação de título público federal das RPPS.

Coordenadora: Léa Praxedes (RPPS de Cabedelo/PB)

Auditório 1: 05/03/2026 11:00 - 12:30 hs

Avaliação e monitoramento dos riscos na Res. CMN 5272

Palestrantes:

Luciano Magalhães - 4UM

Começou apresentando a 4UM
Resolução CMN 5.272
Desafio estrutural do mercado
Operação de compra e venda de cotas de classe de fundos de investimentos e demais ativos.
Sobre a resolução não deveria ocorrer a vedação da alocação de fundos abertos, quando esses não são negociados no mercado secundário.

Ronaldo Borges (Consultor de Investimentos)

Revogação da resolução
Análise do risco
Todos são considerados responsáveis pelo cumprimento do disposto na resolução, por ação ou omissão.

Coordenador: Ellinton Oliveira Souza (RPPS de Mato Grosso/MT)

Auditório 1: 05/03/2026 14:00 - 15:30 hs

Investimentos diretos em ativos privados - elegibilidade e critérios de seleção

Palestrantes:

Fernando Tinoco – BB

Começou falando como a gente começa um processo de investimento
Fundamentos
Política de crédito
Metodologia de Rating
Avaliação de risco de crédito
Análise do Risco ESG

Paulo Di Blasi (Consultor de Investimentos)

Investimentos diretos em ativos privados
Elegibilidade
Restrição da instituição financeira em S1 e S2
Critérios de seleção funciona para entender qual a solvência de um banco
Critérios de escolha
Enquadramento legal
Análise de crédito
Rating de crédito
Risco do emissor ou grupo econômico
Liquidez
Prazo
Compliance e governança
Diversificação por indexador e prazo



Monitoramento periódica do crédito
Coordenador: Jean Polidoro (RPPS Itajaí/SC)

Auditório 2: 05/03/2026 16:00 - 17:30 hs
Pró gestão x Certificação de Investimentos - Quem prepara mais o RPPS

Palestrantes:

Marcia Paes - Comissão do Pró-Gestão (DRPSP/MPS)

Requisitos mínimos para nomeação ou recondução

Agora certidões são exigidas a cada 4 anos e não mais a 2 anos.

Mais ênfase na qualificação avançada, especialização e fortalecimento da governança.

Porque todos devem apoiar o pró gestão

Auxilia na conformidade

Entendimento do funcionamento do RPPS

Facilidade de acesso as informações do RPPS

É mais que um certificado é o comprovante de boas práticas de gestão e governança.

Ellinton Oliveira Souza (RPPS Mato Grosso/MT)

Avaliação institucional Pró Gestão x Resolução CMN 5.272

Certificação Avaliação individual.

Coordenador: Daniel Ribeiro Silva (FUMPRES/BA)

Auditório 1: 06/03/2026 09:00 - 10:30 hs
Gestão do Desenquadramento Passivo x Interesse do RPPS

Palestrantes:

Vitor Leitão (Consultor de Investimentos)

Fundos que vamos aplicar tem que olhar se tem 50% em RPPS.

Não resgatar se planejar e atualizar o Pró Gestão

Talvez o maior risco hoje não seja o desenquadramento, seja a pressa.

Venda em baixa para reenquadrar.

Realização de prejuízo estrutural

Aumento do risco atuarial

Redução de duration desalinhando o ALM.

José Veloso (Auditor Fiscal da Receita Municipal)

Gatilhos de desenquadramento

Oscilação de mercado

Variação da base PL

Alteração de Rating

Novas hipóteses – Resolução 5.272

É terminantemente proibida a realização de novas aplicações que agravem o excesso verificado nos limites.

Para aplicações realizadas antes do evento de desenquadramento, o RPPS pode manter o investimento até o seu vencimento original.

O comitê de investimentos deve comprovar e justificar formalmente que a liquidação antecipada do ativo causaria prejuízo financeiro ao regime.

Estratégias

Diluição via aportes, direcionar novas contribuições

Realização parcial, vender partes dos ativos

Cronograma de desinvestimento com plano estruturado e gradativo de saída de ativos.

A polícia de investimento tem que ter um plano de contingência, metodologia de monitoramento e ritos de comunicação entre os conselhos.

Coordenador: Daniel Leandro Boccardo (RPPS de Birigui/SP)

Palestra de Encerramento: 06/03/2026 11:10 - 12:30 hs

Resolução CMN 5272 - Avanços e retrocessos

Palestra de Encerramento

6



Palestrante:
Allex Albert Rodrigues (DRPSP/MPS)
Falou sobre CRP judicial.
Francisco Amarante - Superintendente da ABAI
Falou sobre o crescimento de assessoria e a importância ao longo dos anos.
Ronaldo Borges (Consultor de Investimentos)
Avanços:
Ênfase né gestão de risco
Responsável pela gestão responsabilizados também por omissão
ETF internacional
Inclusão de ativos securitizamos CRI e CRA
Empréstimos de classes de cotas de ETF
Limitação específica por emissores de cDB e letras financeiras
Resalta a importância de observação dos aspectos ASG
Conceito de contratação de serviços por notória especialização
Possibilidade de aplicação em ativos de Cias fechadas
Recepção de ativos oriundos de liquidação de fundos estressados
Carteira administrada passa a ser credenciável
Retrocessos:
Inversão da ordem normal: grupo de trabalho posterior a norma
Trouxe um programa de governança facultativo como balizador dos investimentos
Resolução acabou com a diversificação
Desconsiderou a importância das certificações
Privou as RPPS de terem contato com assessores de investimentos
Vai provocar o aumento de custos de taxas de administração
Criou reserva de mercado S1 e S2 sem assessores
Limitou a 50% de participação dos RPPS no PL dos fundos
Judicialização de prejudicados
Coordenador: João Carlos Figueiredo – Presidente da ABIPEM

5. Motivação / Interesse Público da Capacitação: a participação em eventos e cursos é importante para, nos manter atualizados das projeções para os futuro investimentos e enriquecer nosso conhecimento para melhor gestão dos recursos do RPPS.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeira.

Naviraí, 13 de março de 2026

Atenciosamente;

Elis Regina Martins da Silva
Membro Comitê de Investimento



RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Ana Maria Coelho Fontes	Membro do Comitê de Investimentos

2. Período do Evento	
Data de Saída: 03/03/2026 - Naviraí- Umuarama. Umuarama - Florianópolis.	Data de Retorno: 06/03/2026 - Florianópolis - Umuarama. Umuarama - Naviraí
Local do evento (cidade/Estado): Centro de Convenções de Florianópolis Florianópolis - SC	Nome e link do Evento. 8ª edição do Congresso Brasileiro de Investimentos. De 04/03/2026 a 06/03/2026 - ABIPEM - Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais. https://eventos.inf.br/abipem/2026/8cbi/programacao.php

Palestras e Painéis Assistidos:

Palestra de Abertura do Evento

Tema: Resolução CMN 5272 na visão do MPS, dos RPPS e do Mercado Financeiro.

Palestrantes: Marcelo Rosa, Arnaldo Lima e Alex Albert

Resumo: Apresentação das contradições da Resolução 5267/25, que revoga a Resolução CMN 4963/21, o palestrante destacou 7 contradições: Certificação “voluntária” passa a ser obrigatória; Cronograma x Burocracia Pública; Diversificação restrita x meta atuarial, o risco de não tomar risco; Abismo entre os RPPS; Concentração do Patrimônio líquido; Reserva de mercado; Dificuldade de aporte em fundos com gestores que não são S1/S2. Enfim, a Resolução criou um novo mercado, confunde fomento a governança com gestão de investimentos, nos apresentando com a restrição punitiva de alocação, destacou que a Resolução traz **engessamento**, principalmente para os institutos pequenos, **risco de concentração**, obrigação de concentrar recursos em títulos públicos e **aumento de custos**, diminuindo a concorrência os RPPS pagarão taxas administrativas mais caras. Como visão do mercado financeiro, esta é uma grande oportunidade para o pró-gestão, que os RPPS devem de fortalecer demonstrando que são parte da solução do problema e não o problema.



Painel 1 -

Tema: Títulos Públicos e Fundos 100% Títulos Públicos - Operacionalização da compra e a meta atuarial no longo prazo

Palestrantes: Daniel Maeda, Jeferson Veiga e Chrystian Faria

Resumo: O palestrante, apresentou a Plataforma B3, falou que do novo cenário regulatório, operar títulos públicos de uma plataforma, a B3 acompanha todo o processo, já está consolidada e em constante evolução, com grande volume de investimentos em Renda Fixa. Também foi explanado sobre o início de corte de juros e com a redução da taxa Selic nos próximos 2 anos o pós fixado seria o indicado para bater meta atuarial, para prazos mais longos diversificar é essencial em momentos de volatilidade, diante do cenário (guerra geo-política, instabilidade do governo Trump, cenário fiscal, eleições) o gestor ficar atento para obter ganhos no fechamento da curva de juros.

No encerramento do painel, conclui-se que é possível bater meta atuarial apenas com títulos públicos nos próximos anos, posicionado em IRFM e IMA-B, que o gestor deve ter uma gestão ativa, às vezes o conforto tira a oportunidade de ter ganhos, e uma gestão ativa depende de uma tomada de decisão consciente: Onde estou e para onde vou? O desafio é combinar comodidade com a renda que os títulos vão devolver.

Painel - 2

Tema - Avaliação e Monitoramento dos riscos na Resolução 5272

Palestrantes: Luciano Magalhães, Ronaldo Borges, Ellinton Oliveira Souza

Resumo: Iniciando o palestrante disse que não é possível, referindo-se ao tema do painel. Argumentou que são muitas restrições e que devido a falta de acesso a todas as movimentações pode acontecer um desenquadramento ativo e que a consultoria não vai poder ajudar, citando o exemplo de fundos que investem em outros fundos, não é possível acompanhar diariamente. Resumindo, o RPPS não precisa apenas respeitar limites, precisa entender os riscos que está assumindo, e o risco passa a ser elemento central da governança na Resolução 5272/25, reforça que o controle não termina na aplicação e que o risco que não é medido vira surpresa, portanto devemos diversificar para diminuir riscos, mas a legislação fala que devemos ter os ovos na mesma cesta, sabendo que a diversificação não elimina risco, mas evita desastre. No entanto é necessário questionar os gestores sobre a questão dos riscos, explorar em indicadores e questionamentos como por exemplo, diante de algumas situações como guerra do petróleo que análise está sendo feita da carteira de investimentos?

Concluindo, o maior erro de um RPPS não é perder dinheiro é não entender o risco que assumiu.



Painel 3

Tema: Contratação dos prestadores de Serviços, risco envolvidos e conflitos de interesses

Palestrantes: Claudia Fernanda Iten, Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Resumo: O palestrante enfatizou a importância de no momento da contratação solicitar a consultoria Declaração de Conflito de Interesses entre atuário, gestor, consultor. Acompanhar se a prestadora está fazendo tudo o que foi contratado, muito cuidado com as contratações. A portaria estabelece um limite da taxa de administração, o limite é o máximo, não que dizer que tenha que gastar tudo, o que sobrou devolve. Qual o objetivo do RPPS? Pagar benefícios. Quando contratado um sistema para fazer cálculos conferir se está atualizado, se faz o que foi contratado. Destacou que não é apenas ter o Pró-Gestão que vai resolver, vai depender da capacitação e atuação de todos de acordo com o que foi estabelecido. Foram colocadas algumas perguntas no painel: Se o prestador de serviços errar, quem responde? Contratado o prestador de serviço, permanece a responsabilidade? Consultoria ruim gera déficit ou apenas parecer? Governança é formalidade ou proteção?

Por isso é extremamente importante acompanhar, fiscalizar e monitorar, também, é muito importante dar transparência do que foi deliberado: número, relatório de investimento, avaliação atuarial, dar visibilidade no site. A transparência é a melhor ferramenta de governança.

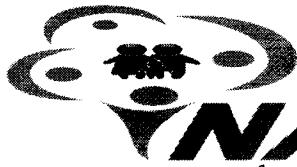
Resumindo, a governança não elimina o risco, mas ela documenta que você fez a coisa certa, ela começa com o registro e termina na prestação de contas.

Painel 4

Tema: Fundos Estruturados - Resultados Históricos e Sustentabilidade dos Investimentos

Palestrantes: Marcelo Sandri, Renato Cesar Absamra Filho

Resumo: O palestrante iniciou com a informação de que há um expressivo crescimento do número de gestores de ativos privados, como o setor de infraestrutura : energia,, rodovias, minérios, saneamento básico, telecomunicações, destacando que são investimentos com mais retorno e menos riscos, justificou o por que comprar ativos de infra-estrutura nesse momento, para garantir rentabilidade a longo prazo, aproveitando a alta necessidade de investimentos estruturantes, visando a diversificação, garantindo retornos reais acima da meta atuarial com proteção contra a inflação. Outro motivo é que as NTN-B em algum momento não vão render tanto, devido a baixa da taxa Selic.



Painel 5

Tema: Fundo Imobiliário Exclusivo - Precificação dos Bens/ Escolha do Gestor e do Administrador/Gestão da Carteira

Palestrantes: Ilan Nigri, Reiter Ferreira Peixoto

Resumo: Na escolha de um fundo imobiliário, deve-se observar o histórico e reputação do gestor, histórico consistente, boa governança e equipe experiente reduzem o risco operacional e de estratégia, verificar a qualidade e localização dos ativos, o perfil dos contratos de aluguel e transparência na comunicação (relatórios claros, completos e frequentes).

Os principais riscos de investir num imóvel são o risco jurídico, verificar se o imóvel possui matrícula, o habite-se, no caso de shopping, (a ocupação se tem demanda), entender como o imóvel está em linha com o que o mercado está pedindo. Os seguimentos imobiliários que acredita-se ser um bom investimento são shopping, galpões logísticos.

Caso o RPPS faça um investimento em fundo imobiliário que esteja com problema, como situações citadas acima, todos responderão, por isso a importância de ser feita uma boa diligência.

O palestrante destacou que em caso de passivo do município com o RPPS, a prefeitura pode colocar um imóvel (ativo) para abatimento do déficit atuarial, que seria um benefício para a prefeitura a curto prazo.

Palestra de Encerramento

Tema: Resolução VMN 5272 - Avanços e Retrocessos

Palestrantes: Alex Albert Rodrigues, Francisco Amarante e Ronaldo Borges

Resumo: Na apresentação foram citados os **avanços**, dentre eles destacamos a **ênfase na gestão de riscos**, reputacional e na responsabilidade de todos os prestadores de serviço por ações e omissões; **Ressalta a importância de observação dos aspectos ASG**, que são critérios ambientais, sociais e de governança, usados para avaliar a sustentabilidade e os riscos a longo prazo de uma empresa. Recepção de ativos oriundos de liquidação de fundos estressados.

Retrocessos dentre eles, vai provocar o aumento de custos de taxas de administração e de PUs de Títulos Públicos para os RPPSs, Faltou diálogo, não foram ouvidos os setores, o que gerou a necessidade da criação de um grupo de estudos após a publicação da Resolução o que teria que ser feito antes, criou "a reserva de mercado" exigindo que as instituições financeiras sejam S1/S2 o que pode aumentar as taxas de administração e reduzir a concorrência.



Um dos palestrantes falou que há um movimento, para que a Resolução seja revogada, porém, na conclusão do representante do Ministério da Previdência, a Resolução está posta é a Lei atual, mesmo estando aberto o diálogo onde alguns pontos poderão ser revistos, evitar gerar expectativas, existe uma norma vigente e essa norma tem que ser aplicada e não há espaço a curto prazo para alterar o que está posto,. Podem ser apresentadas propostas através das associações organizadas, pensando como seguimento e buscando alternativas para garantir a sustentabilidade dos Regimes de Previdência.

Declaro as Informações acima verdadeiras.

Naviraí, 13 DE MARÇO DE 2026

Atenciosamente;

Ana Maria Coelho Fontes
Membro do Comitê de Investimentos



RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Erica Barbosa de Araujo Strada	Membro do comitê de investimento

2. Período do Evento	
Data de Saída: 03/03/2026	Data de Retorno: 07/03/2026
Local do evento (cidade/Estado): Florianópolis/SC	Nome e link do Evento.

Palestras e Painéis Assistidos: No campo abaixo descrever as informações conforme a seguir:

8º congresso de investimento de RPPS da ABIPEM
 DIA 04/03/2026. Palestra abertura
 Resolução CMN 5272 na visão do MPS, dos RPPS e do Mercado Financeiro
 Allex Albert Rodrigues (DRPSP/MPS), Marcelo Rosa (RPPS de Jundiá), Arnaldo Lima (Polo Capital)
 A palestra deu início com a fala do Marcelo que fez algumas críticas a resolução/ele faz parte do RPPS de Jundiá é nível III do pro gestão.
 A norma vincula estritamente os limites ao pro gestão, o q era adesão voluntária passou a ser obrigatória. O Bacen transformou uma certificação opcional em obrigatória e excludente. Cronograma x burocracia pública
 Diversificação restrita para os rpps. Agrava o risco atuarial, pois a meta será um sonho distante para muitos rpps. Aumenta os abismos entre os rpps, aqueles que podem diversificar a carteira terão outros horizontes. Concentração de patrimônio líquido, limitação de 50% dos recursos do fundo oriundos de rpps. Reserva de mercado, norma limita operação de distribuidores. Limita corretoras dos títulos público federais.
 Dificuldade de aporte em fundos com gestor q não é s1 ou s2.
 Na fala do Arnaldo ... numa fala otimista ele coloca o pro gestão como a válvula de escape e salvação dos rpps somados as reformas previdenciárias para promover a saúde financeira e atuarial dos rpps.
 Fala do Alex ... Numa apresentação sucinta não destrinchou os pontos da norma, mas trouxe a perspectiva do cmn para a dita norma. Citou o art 1 da resolução, princípios segurança, rentabilidade, solvência, liquidez z motivação, adequação e transparência, que fundamentou a elaboração Mas não adentrou detalhes mais afundo da resolução.
 Dia 05/03... Primeira palestra do dia: Títulos Públicos e fundos 100% Títulos Públicos - operacionalização da compra e a meta atuarial no longo prazo.
 Palestrantes: Jefferson Veiga - Itaú
 Chrystian Faria - Caixa Asset
 Daniel Maeda / Rafael de Oliveira - palestra iniciada pelo Daniel q falou sobre a B3 e suas funcionalidades no mercado financeiro. aprensou a trademate um sistema para compra e venda de títulos públicos federais diretamente da B3 amarrada na nova resolução (Erica analisar isso na CMN 5272). A utilização da plataforma terá um custo para os rpps por se tratar dos rpps serem considerados clientes. (Todo mundo quer tirar uma casquinha dos rpps, a B3 não ficaria atrás). Na fala do Jeferson sobre o papel da renda fixa nas carteiras dos rpps, ressaltou a expectativa de redução da taxa de juros q favorecem a renda fixa. O calendário eleitoral brasileiro segue um padrão bastante previsível de gasto, na fala dele. No final apresentou as opções de investimento neste seguimento com o Itaú asset. Crystian, da caixa começou vendendo o peixe dele, fez um esboço de carteira com variação de selic e retorno de acima da meta atuatial. A intermediadora Prochedes questionou se existe possibilidade de bater meta só com títulos públicos federais, o membro da cx sinalizou positivamente.
 Segunda palestra do dia: Controle externo e os investimentos dos RPPS

 Palestrantes: Alexandre Manir Figueiredo Sarquis (Substituto de Conselheiro do TCE/SP)
 Rafael Olegário da Costa (Auditor de Controle Externo do TCE/PR)
 Vitor Leitão (Consultor de Investimentos)

 Coordenador: João Gomes Rego (RPPS de Maragogi/AL). Iniciou a palestra destacando a função do controle interno, que não é função apenas dos órgãos controladores externos mas de todos os envolvidos, comitê, conselhos e diretoria.
 Pasando a fala pro Sarquis, explanou da origem dos tribunais ... Era Bonaparte rrsr... Ao contrário do que eu esperava a fala dele generalizou posturas de fiscalização gerais a todos os tces. Vc pode ter sido feito de idiota mas não pode ser idiota. Ou seja, olhe, pesquise documento.
 Olegário, ex conselheiro do comitê, apresentou o risco silencioso por traz do retorno esperado, onde devemos olhar mais atentamente para os riscos frente aos retornos. Site MAIS RETORNO site de comparativo de fundo, ferramenta interessante de pesquisa e informações sobre fundos.
 Vc é recompensado pelo conhecimento único .
 Vitor leitão ... Controle externo e os investimentos dos rpps... enfatiza q o tces tem uma função, fiscalizar, e nossa é gestar e comprovar a documentação que motivou a tomada de decisão. Numa segunda sessão incorporou o questionamento qto as tecnologias hj disponíveis e se os rpps aderiram as novas IAs
 Período da tarde... Palestra Contratação dos prestadores de serviços, risco envolvidos e conflitos de interesses

 Palestrantes: Claudia Fernanda Iten - Coordenadora Geral de Normatização e Acompanhamento Legal (DRPSP/MPS)
 Alexandre Manir Figueiredo Sarquis (Substituto de Conselheiro do TCE/SP)

 Coordenador: Antônio Correa (RPPS de Indaiatuba/SP)
 Alexandre fez uma dinâmica conosco sobre os contratos dos rpps, responsabilização da execução do contrato e o contratante. Cuidados que devemos ter para contratar e as modalidades respaldadas pela lei. A risco de um contrato mal definido, mal fiscalizado. Esplanou sobre as peças que compõem o processo de dispensa e inexigibilidade de licitação. Incluir cláusula que a prestadora deverá manter armazenada pelo prazo mínimo de 5 anos os documentos relativos a prestação dos serviços objeto do contrato.
 Claudia falou sobre a contratação para certificação do pro gestão, pode, pode mas enfatizou a importancia de não se fazer cópia cola, sem observar a dinâmica do rpps. responsabilização lei 9717 de 98,
 Mitigação de riscos: fiscalização contratual, transparência, cláusula de anticorrupção, limites de alcadas, educação



previdenciária, capacitação, governança pro gestão.

Última palestra do dia: Pró gestão x certificação de investimentos - quem prepara mais o RPPS

Palestrantes: Marcia Paes - Comissão do Pró-Gestão (DRPSP/MPS)

Ellinton Oliveira Souza (RPPS Mato Grosso/MT)

Coordenador: Daniel Ribeiro Silva (FUMPRES/BA)

Márcia iniciou a fala lembrando os requisitos mínimos do cadprev. Informou que devida a resolução 5272, o manual será reavaliado e teremos uma nova versão. Pro gestão visa organização, governança cooperativa, prestação de contas.

Ellinton contou de sua experiência com o pro gestão, em seu rpps, entusiasta da certificação que ajudaram na gestão do rpps, Dia 06/03

Acompanhamento contábil dos investimento

Palestrantes: Diana Vaz Lima

Otoni Guimarães

Coordenadora: Delair Dall Igna (RPPS de Chapecó/SC)

Fala iniciada pelo Otoni, com uma provocação: os contadores viraram meros preenchedores de formulários para os TCE, em detrimento a gestão contábil. Segundo ele a contabilidade é uma ciência social q utiliza métodos científicos para estudar, interpretar e controlar as mutações no patrimônio das entidades. Jamais pode ser entendida como mero registro, e sim como instrumento estratégico de gestão. Como instrumento de gestão deve garantir eficácia da gestão, tomada de decisão, controle e planejamento, transparência e conformidade, gestão gerencial.

Diana - sua fala a contabilidade entrega dados, mas é a sua visão que gera o valor. O contador tem papel vital de registrar a realidade, mas o sucesso do negócio depende de como vc as interpreta. Transparência absoluta de prestação de contas aos conselhos e segurados. Construir uma legitimidade da gestão.

Palestra final

Resolução CMN 5272 - Avanços e retrocessos Palestra de Encerramento

Palestrante: Alex Albert Rodrigues (DRPSP/MPS)

Francisco Amarante - Superintendente da ABAI

Ronaldo Borges (Consultor de Investimentos)

Coordenador: João Carlos Figueiredo – Presidente da ABIPEM

12:30 hs - ENCERRAMENTO E SORTEIO DE BRINDES

Inicialmente Ronaldo, falou os avanços na nova resolução: ênfase na gestão de risco, responsabilidade da gestão das ações e omissões, ETF internacional, inclusão do cri e cra, empréstimo em classe de cotas ETFs, limitação específica por emissorres de CDB e letras financeira, a importância de observação dos aspectos ASG, conceito de contratação de notória especialização, possibilidade de aplicação em companhia fechadas sendo a1 e s2, recepção de ativos oriundos de liquidação de fundos estressados.

Retrocessos: inversão da ordem grupo de trabalho resultando na nova norma, trouxe um programa de governança, a limitação de aplicação de restrita aos níveis de pro gestão, desconsiderou as certificações pessoais de dirigentes, conselheiros e comitê já q restringiu as aplicações, privou o acesso aos assessores de investimento, profissionais do mercado financeiro importante para a tomada de decisões, aumento de custos para o rpps, aumento das taxas de administração dos fundos q terao q se adequar a resolução, criou reserva de mercado S2 e S2, judicializacao de prejudicados.

Na fala do Francisco ele explanou o histórico dos assessores de investimento.

Alex iniciou sua fala e esperamos ouvir alguma coisa de útil. Mas de primeira falou sobre os CRPs judiciais de alguns rpps e sua regularização. Na segunda tirou o dele da reta, ou seja, a nova resolução foi elaborada e publicada pelo CMN, órgão regulador, independente do ministério da previdência, instituição a qual ele representa.

5. Motivação / Interesse Público da Capacitação: No campo descrever interesse público desta capacitação. Exemplo: O que voce acredita que este evento acrescentou de conhecimento na execução de sua função que refletira nas boas prática de gestão e governança no do RPPS.

Frente a tantas mudanças no cenário dos investimentos para os RPPSs a cobrança na gestão dos recursos se acentua de forma obrigatória, é impossível membros dos comitês continuarem sendo meros coadjuvantes das decisões, a responsabilização é fato e as ações para ajustes à nova resolução sejam elas para a permanência das alocações de recursos em determinados produtos ou o resgate para enquadramento à norma deve ser objeto de análise e estudo.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 16 de março de 2026

Atenciosamente;

Erica Barbosa de Araujo Strada

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br

AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 – CEP 79.950-000
NAVIRAÍ-MS